

COMUNICAÇÃO E TEMPORALIDADES: REFLEXÕES CONCEITUAIS E APONTAMENTOS DE PESQUISA

Thiago Correia de Andrade¹
Evandro de Quadros Cherer²

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar como o conhecimento sobre o tempo aparece correlacionado às tecnologias de comunicação no saber jornalístico. Entende-se que uma das formas de se abordar a questão do fazer jornalístico e de se analisar a relação do jornalismo com a construção de uma narrativa do tempo presente seria por meio da reflexão conceitual a respeito de como o conhecimento sobre o tempo aparece correlacionado às tecnologias de comunicação nas ciências sociais e no saber comunicacional. Para tanto, entende-se ser possível analisar, brevemente, alguns dos conceitos e das noções de tempo presentes em diferentes áreas do saber para poder, aí sim, chegar a uma perspectiva de tempo em comunicação. É o que este artigo se propõe a fazer. Em um segundo momento, buscar-se-á analisar, de maneira crítica e articulada, as ideias de determinados autores que promoveram reflexões a respeito da questão temporal em comunicação e que podem se mostrar úteis para refletir a respeito da relação do fazer jornalístico com as relações temporais dos indivíduos na sociedade da informação.

PALAVRAS-CHAVE

Tempo presente. Temporalidade. Teoria da Comunicação. Convergência.

1 INTRODUÇÃO

Estamos acostumados a registrar a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, em dias, meses e anos, ou até mesmo em décadas, séculos e milênios. A perspectiva de análise temporal a partir desses critérios objetivos e de mecanização do tempo, porém, costumam gerar uma impressão de que a experiência com o tempo se resume à contabilização dessas escalas, gerando uma ideia de tempo absoluto ou, de acordo com David Harvey (2008), sustenta um “paradigma mecanicista do tempo”, entendida e criticada pelo autor como um processo de objetivação da escala temporal pelo senso comum.

¹ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. E-mail: thcorreia@gmail.com.

² Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. E-mail: quadroscherer@gmail.com.

No entanto, nas sociedades modernas, passamos por experiências de tempo diferentes, individual e coletivamente. Conforme afirma Manuel Castells (2016), a maioria das pessoas vivencia, no mundo de hoje, uma temporalidade diferente. Na verdade, podemos notar uma multiplicidade de temporalidades, que nem sempre condizem com as apresentadas pelas qualidades objetivas e mecanizadas do tempo. Experimentamos momentos, instantes, que aparentam se estender por horas, ou temos a sensação de que os meses se esgotaram em um ritmo acelerado, trazendo o ano para mais um fim, antecipado a nosso ver.

Esse deslocamento do tempo cronológico para um tempo fragmentado, como define Castells (2016), ou seja, a fuga da cultura do relógio e a libertação do capital em relação ao tempo foram, em larga medida, “facilitadas pelas novas tecnologias da informação e embutidas na estrutura da sociedade em rede” (CASTELLS, 2016, p. 516). Nesse sentido, o presente artigo se propõe a analisar como o conhecimento sobre o tempo aparece correlacionado às tecnologias de comunicação no saber jornalístico.

A existência de uma multiplicidade de temporalidades e de regimes temporais que se destacam a partir do surgimento de novas tecnologias de comunicação, como o streaming, indica para a necessidade de se estudar a dimensão temporal que envolve a relação dos meios com os sujeitos e com a coletividade e desencadeia os questionamentos sobre os quais este artigo se debruça. Entende-se, nesse sentido, que uma das formas de se abordar a questão do fazer jornalístico e de se analisar a relação do jornalismo com a construção de uma narrativa do tempo presente seria por meio da reflexão conceitual a respeito de como o conhecimento sobre o tempo aparece correlacionado às tecnologias de comunicação nas ciências sociais e no saber comunicacional. Para tanto, entende-se ser possível analisar, mesmo que de uma maneira não aprofundada, alguns dos conceitos e das noções de tempo presentes em diferentes áreas do saber para poder, aí sim, chegar a uma perspectiva de tempo em comunicação. É o que este artigo se propõe a fazer. Em um segundo momento, buscar-se-á analisar, de maneira crítica e articulada, as ideias de determinados autores que promoveram reflexões a respeito da questão temporal em comunicação e que podem se mostrar úteis para refletir a respeito da relação do fazer jornalístico com as relações temporais dos indivíduos na sociedade da informação.

2 PERSPECTIVAS DE TEMPO: FÍSICA, HISTÓRICA E COMUNICACIONAL

Conforme afirma Manuel Castells (2016), o tempo é uma das categorias mais controversas em ciências naturais e também em ciências sociais. Nas mais diversas disciplinas e áreas do saber, seu conceito (ou seus variados conceitos) é debatido e posto em questão para se pensar a realidade, para se pensar os fenômenos e eventos naturais, bem como para se questionar a respeito da própria existência humana e das nossas relações em sociedades e com os espaços que habitamos. Para David Harvey (2008), o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana, mas raramente discutimos o seu sentido, já que nossa tendência é tomá-los como certos e entendê-los a partir de uma noção de senso comum.

Uma primeira ideia de tempo que podemos abordar a fim de iniciar a investigação a respeito dos seus conceitos é a noção de tempo para a física. Conforme problematizado por Stephen Hawking (2015), é possível destacarmos duas concepções específicas de tempo na física: a de tempo absoluto, que conta com Isaac Newton como um dos principais teóricos; e a de tempo relativo, tendo tido Albert Einstein como mais importante nome.

Para Hawking (2015), de acordo com a perspectiva de um tempo absoluto, seria possível medir sem nenhum erro o intervalo de tempo entre dois eventos e o tempo seria exatamente o mesmo, independentemente de quem o medisse, desde que utilizasse um bom relógio. Nessa visão absoluta, e também chamada de mecânica, do tempo, entendia-se que o tempo existia independentemente da matéria e do espaço. Pela sua própria natureza, para Newton, o tempo flui igualmente sem relação com nada de externo, ou seja, nem mesmo com o espaço, tendo seu sentido semelhante ao de duração.

Todavia, ao final do século XIX e início do século XX, diferentes estudos passaram a questionar a noção mecânica newtoniana de tempo absoluto. Foi então que, a partir de 1905, devido a um tal de Albert Einstein, até aquele momento um desconhecido funcionário de um escritório de patentes suíço, sugeriu que a ideia de abandonar a noção de tempo absoluto poderia alterar a maneira como se estava pensando os experimentos de verificação da velocidade da luz, promovendo um avanço à reflexão de tempo a partir dos fenômenos físicos. Conforme Hawking (2015), uma tese semelhante foi lançada por um importante matemático francês, chamado Henri Poincaré, mas que encarava a questão por um viés matemático, ao contrário de Einstein, que apresentava argumentos mais próximos da física, o que, de acordo

com o autor, pode ser indicativo da razão pela qual Einstein recebe o crédito pela teoria que se opõe à de tempo absoluto, ou seja, a teoria da relatividade.

Justamente por se opor à noção de tempo absoluto, a teoria da relatividade revolucionou a maneira como se passou a pensar o tempo e o espaço. De acordo com Hawking (2015), a teoria da relatividade obrigou os físicos a aceitarem que o tempo não é completamente separado nem independente do espaço, “mas se combina com ele para formar um objeto chamado espaço-tempo” (HAWKING, 2015, p. 60).

Um exemplo que Hawking (2015) apresenta a respeito da relatividade do tempo é o paradoxo dos gêmeos. Se considerarmos dois irmãos gêmeos que passem por um período de separação, um fazendo uma longa viagem em uma espaçonave quase à velocidade da luz e outro permanecendo na superfície da Terra, teríamos uma grande diferença de idade entre os dois no momento do retorno do primeiro à Terra. O primeiro irmão estaria muito mais jovem do que aquele que por aqui permaneceu. Esse paradoxo dos gêmeos é, conforme afirma Hawking (2015), quebrado pela teoria da relatividade, que prevê que “cada indivíduo tem sua própria medida de tempo, que depende de onde ele se encontra e de como está se movendo” (HAWKING, 2015, p. 87-88).

A partir da teoria da relatividade, conclui Hawking (2015), o espaço e o tempo passam a ser quantidades dinâmicas e não apenas afetam como são também afetados por tudo o que acontece no universo. A partir dessa perspectiva, assim, outros processos podem ser considerados ao se levar em perspectiva a análise do tempo. Dentre esses outros aspectos, pode-se entender as variações sociais, históricas e geográficas das sociedades, por exemplo.

Este é o início de uma nova maneira de abordar o tempo que podemos seguir daqui em diante, partindo da noção de tempo relativo à qual a física passou a assumir de forma majoritária a partir da teoria da relatividade de Einstein. Para o historiador Reinhart Koselleck (2014), apesar de se influenciarem reciprocamente, os tempos históricos são distintos dos tempos naturais. O tempo na história, além de uma perspectiva filosófica da relação dos indivíduos com o tempo e das questões epistemológicas que envolvem a disciplina, também pode ser abordado a partir de um viés político, cultural e, também, econômico.

É por este último viés que o historiador E.P. Thompson (1998) desenvolve sua análise. Em artigo em que o autor se questiona de que maneira a mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho e até que ponto ela influenciou a percepção interna de tempo dos

trabalhadores, Thompson apresenta a transformação do que ele chama de notações do tempo que envolvem o trabalho por tarefas e aquele regido pelo relógio, ou “com horário marcado”. Para o autor, mesmo não sendo possível quantificar a percepção de tempo de um trabalhador, nem a de milhões de trabalhadores, é possível realizar um esforço analítico que ponha em perspectiva as inovações tecnológicas e culturais que indicam que, por volta de finais do século XVIII e início do século XIX, o relógio passou a desempenhar um papel maior de regulador dos ritmos exigidos pelo capitalismo industrial.

O contraponto a esse ritmo industrial, de acordo com Thompson (1998), seria a notação de tempo presente nas sociedades camponesas, em que as pessoas encontravam-se mais voltadas às tarefas. Dessa percepção de tempo campesina, o autor consegue extrair três pontos de maior relevância. O primeiro seria o fato de que, em uma notação de tempo voltada para tarefas, há a interpretação de que ela é mais humanamente compreensível do que o trabalho por horário marcado. Um segundo ponto ressaltado pelo autor é o de que, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum, parece haver uma menor separação entre o trabalho e a vida, sendo diminuído o conflito entre essas duas esferas nas sociedades com trabalho de horário marcado. E, por último, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, a atitude dos orientados por tarefa parece não ter a urgência à qual estão acostumados.

Vale ressaltar que a construção desse modelo e os apontamentos destacados acima por Thompson (1998) se aplicam mais diretamente à realidade do camponês ou do artesão independente. No momento em que se insere uma divisão de trabalho nessas relações com as tarefas, a situação torna-se, naturalmente, mais complexa. A partir do instante em que se contrata os serviços do camponês, por exemplo, é notável a transformação que passa a haver de uma orientação por tarefas para um trabalho de horário marcado. Nas palavras de Thompson, “aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo”. O tempo passa, assim, a ser moeda: “ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (THOMPSON, 1998, p. 272).

O surgimento de uma nova notação do tempo a partir dos ritmos do relógio, impulsionados pela pressa do capitalismo industrial que Thompson (1998) apresenta, bem como pela condição imposta ao trabalhador de alienação do único bem que é capaz de comercializar, qual seja, o seu próprio tempo, são constitutivos de uma nova maneira de se

experienciar a realidade. Essa nova temporalidade, como aponta Koselleck (2014), não deve ser subestimada. Para o autor, em finais do século XVIII, no contexto das revoluções industriais, americana e francesa, “o indivíduo já não se via mais no fim de um período – como antigamente na Idade Média –, mas no início de um período novo” (KOSELLECK, 2014, p. 211). Os atores históricos passaram a se identificar como realizadores da História, tomando consciência das suas ações como potenciais criadores de um “tempo novo”.

Esse novo tempo que Koselleck (2014) aponta pode indicar uma nova maneira de lidar com o passado, o presente e o futuro. As transformações ocorridas nos últimos dois séculos, para o autor, se sucederam em uma enorme velocidade e não cessaram, sofrendo ainda enorme pressão de transformação, fazendo da “nossa modernidade [algo que] foi, é e será sempre nova” (KOSELLECK, 2014, p. 213). O destaque para a continuidade do processo de modernidade, ou seja, o fato de não enxergar apenas no passado e nos processos históricos teoricamente concluídos que Koselleck indica, assemelham-se à visão de história contemporânea trabalhada por Pierre Nora (1995). Criticando duramente o pensamento positivista de que a história nasceria somente no momento em que o fato já aconteceu, ou seja, em que o fato está finalizado, limitando o campo de atuação e de investigação da história unicamente ao passado, Nora propõe que o historiador se preocupe em valorizar o tempo presente, o acontecimento recente, fazendo “conscientemente surgir o passado no presente, em vez de fazer inconscientemente surgir o presente do passado” (NORA, 1995, p. 191), como seria a prática dos positivistas.

A discussão a respeito do presente na história é sempre acompanhada de polêmicas, como o próprio artigo de Nora indica. No entanto, Nora (1995) afirma que em nenhum outro momento além do nosso o presente foi possuidor de um “sentido histórico” (NORA, 1995, p. 180). E muito disso se dá, de acordo com o autor, em razão da presença das tecnologias de comunicação, uma vez que, nas nossas sociedades contemporâneas, é por intermédio dos meios de comunicação que “o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (NORA, 1995, p. 181). Nesse sentido, de acordo com o autor, a imprensa e o rádio, por exemplo, agem não somente como meios dos quais os acontecimentos seriam independentes, mas passam a ser a condição para a sua existência.

Entre os debates históricos acima propostos a respeito da transformação de notação de tempo inserida pelo relógio no capitalismo industrial, como aponta Thompson (1998) e as

concepções de criação de um novo tempo que Koselleck (2014) indica, bem como o surgimento de um sentido histórico que surge na nossa sociedade a partir dos meios e das tecnologias de comunicação, de acordo com Nora (1995), é possível avançar para uma análise da perspectiva de tempo a partir da relação dos indivíduos com os meios, ou seja, uma perspectiva do tempo para Comunicação. Nesse sentido, é possível analisar o artigo de Marialva Carlos Barbosa (2017), para quem a experiência do tempo na contemporaneidade coloca em destaque o ininterrupto. As fronteiras entre o presente e o futuro são diluídas, uma vez que a nossa experiência de tempo por meio das tecnologias existentes não apresentam uma duração precisa. Nesse mesmo sentido, para Barbosa (2017), a relação entre presente e passado também é alterada, indicando que “o sentido de tempo hoje é marcado por um presente onipotente fazendo do presentismo valor inquestionável” (BARBOSA, 2017, p. 21).

Para Barbosa (2017), então, esse presentismo é reflexo da nossa relação com os meios de comunicação e é marcado, principalmente, pelo fluxo massivo e contínuo de informações, imputando aos indivíduos a lógica do tempo ininterrupto. Trata-se, para a autora, de um fluxo temporal que não permite pausas para reflexão, uma vez que, em razão da profusa difusão de imagens e de informações que apresentam as tecnologias digitais, o tempo midiático é marcado pela aceleração.

Em perspectiva semelhante a respeito da noção de presentismo apresentada por Barbosa (2017), em recente artigo conjunto, os autores Ana Paula Goulart Ribeiro, Bruno Souza Leal e Itania Gomes (2017) argumentam que o contexto mediático atual é caracterizado por uma crise que se pauta na falta de uma ideia clara a respeito da inteligibilidade do regime de experiência temporal. Na visão dos autores, ao passo que, em outros tempos, este regime alicerçava-se na compreensão de um passado que seria capaz de iluminar o futuro, teríamos, hoje, “um regime de apologia do instante, no qual a mídia joga um papel importante ao produzir permanentemente certo tipo de equivalência entre tempo presente e atualidade.” (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017, p. 37).

Sabe-se, no entanto, que as alterações da noção de tempo não se tratam de um fenômeno exclusivo do contexto de digitalização dos meios, tendo as sociedades experimentado diferentes relações com o tempo em outras circunstâncias, como bem apontou Thompson (1998), por exemplo. Nesse sentido, embora válida a reflexão acerca da centralidade dos meios na configuração de regimes temporais e na arquitetura temporal que

constituem uma das teses dos autores acima mencionados, não se pode considerar que tal “crise” seja uma exclusividade do momento atual, fazendo com que a análise do que se pode extrair tanto do trabalho de Barbosa (2017) quanto de Ribeiro, Leal & Gomes (2017) pareça limitada e acabe por não contribuir para o presente estudo.

Há, sem dúvidas, peculiaridades do momento atual que reconfiguram e redimensionam os debates da temporalidade em Comunicação. Mas, como nos mostra Harold Innis (2011), as crises de temporalidades perpassam a relação dos indivíduos com as tecnologias em diferentes situações no passado.

3 A COMUNICAÇÃO ESTUDANDO O TEMPO: CAMINHOS E DESAFIOS

Abordar a questão de tempo, temporalidade e relação dos indivíduos com os meios no campo comunicacional é se deparar, necessariamente, com a relevância do pensamento de Harold A. Innis. Juntamente com Marshall McLuhan, Innis ficou conhecido como um dos principais nomes do pensamento comunicacional canadense. A trajetória acadêmica de Innis foi marcada pela interdisciplinaridade, tendo deixado um legado intelectual que abrange as áreas da Economia, da História e da Comunicação, por exemplo. Luiz C. Martino (2008) destaca que uma tarefa que o pesquisador de Comunicação deve fazer ao entrar em contato com a obra de Innis é “tentar apreender a contribuição comunicacional” de Innis para além do quadro multidimensional que caracterizou sua obra.

As contribuições de Innis para a Comunicação passam por uma reflexão do espaço e do tempo, conceitos muito caros à disciplina e, em especial o último, de fundamental importância para o presente estudo. A maneira de fazê-lo é por meio da tentativa de estabelecer relações entre a materialidade dos meios e as configurações de poder dos impérios e das estruturas simbólicas e culturais das sociedades. Em outras palavras, Innis se propôs a analisar o surgimento e o declínio de impérios dando centralidade à função dos meios de comunicação na administração do poder nestas sociedades.

O papel dos meios na manutenção ou não do poder do império está relacionado com os monopólios de conhecimento existentes e com a difusão deste conhecimento no tempo e no espaço. De acordo com Innis (2011), os meios de comunicação são uma fonte de influência direta, constante e coletiva do passado sobre o presente. Na avaliação de Martino (2012),

Innis acredita ser possível verificar um prolongamento do tempo a partir da construção de um sistema artificial de memória que os meios estabelecem (MARTINO, 2012, p. 602).

Para Innis (2011), os meios podem dimensionar mais conhecimento no tempo ou no espaço, dependendo da sua materialidade. Ele será dimensionado para o tempo se for um meio pesado, durável e não apropriado para o transporte. Em contraste, temos os meios leves e altamente transportáveis, que dimensionam a esfera espaço. “A relativa ênfase no tempo ou no espaço irá implicar um viés (bias) de significação para a cultura na qual está inserido” (INNIS, 2011, p. 103).

Apesar de ter dedicado parte de sua obra para outras disciplinas, a obra de Innis tem particular relevância para o campo comunicacional, conforme já acima mencionado. Tal fato fica demonstrado por haver uma série de autores que se propõem a analisar qual seria a centralidade e a base do pensamento innisiano.

De acordo com Martino (2008), uma das teses que podem ser levantadas para tentar definir o núcleo duro do pensamento de Innis e, assim, verificar qual a sua efetiva contribuição para seu programa comunicacional foi formulada por William Melody, que defendia que a própria abordagem interdisciplinar de Innis, perspectiva contrastante com a maioria da pesquisa em ciência social, caracterizaria esse núcleo duro. Outra tese, levantada por Robert Babe, diz que o que se destacava como cerne do programa innisiano seria a abordagem crítica.

No entanto, Martino (2008) considera ambas as abordagens demasiadamente genéricas e incapazes de apontar os “traços característicos que nos ajudariam a apreender o que há de particular na contribuição de Innis para o pensamento comunicacional” (MARTINO, 2008, p. 129).

Para James Carey (2009), Innis argumentava que as mudanças na tecnologia de comunicação afetavam a cultura alterando as estruturas de interesses (as coisas sobre o que pensávamos), mudando as características dos símbolos (as coisas com as quais pensávamos) e transformando a natureza da comunidade (a arena em que o pensamento era desenvolvido) (CAREY, 2009, p. 122). Para ele, portanto, a contribuição central do pensamento de Innis estava relacionada com uma ação direta dos meios sobre a sociedade, marca de um determinismo tecnológico.

Embora essa seja uma possibilidade de análise da contribuição innisiana, ao saber comunicacional, não é defendida por Martino (2008), que adota, “a proposição de

centralidade dos meios como a tese central ou o núcleo duro do programa comunicacional de Innis, de modo que os meios de comunicação passam a construir uma chave de interpretação para a organização social” (MARTINO, 2008, p. 135).

Mesmo não sendo o objetivo do presente estudo, entende-se relevante trazer à tona uma discussão a respeito dos meios e das tecnologias de comunicação, apontados por Martino (2008) como centrais para o pensamento innisiano. Não há que se negar que a tecnologia está profundamente ligada às reflexões a respeito das dimensões espaço-temporais. O avanço tecnológico provoca alterações nas sensações que os indivíduos têm do espaço e do tempo. As tecnologias estão na base do saber comunicacional que, para Muniz Sodré, configura-se “como forma de vida social ou um ecossistema tecnológico com valores humanos pautados pela realização eletrônica” (SODRÉ, 2014).

Diante dessa perspectiva, vê-se interessante, aqui, dar início ao estudo dos meios de comunicação como forma de analisar os seus impactos no ambiente comunicacional, na sociedade e nos próprios indivíduos. Nesse sentido, entende-se que as contribuições do já mencionado Harold Innis (2011) e de Marshall McLuhan (2007) são de fundamental relevância para este fim. Apesar de contarem, de acordo com Martino (2012) com entendimentos divergentes em determinados pontos de suas linhas de pensamento, a elaboração de uma perspectiva de análise da realidade a partir dos meios é um dos pontos de acordo entre os apoiadores e os críticos dos autores.

Innis argumenta que a noção de meio deve estar associada à de um suporte material. Para o autor, o meio é o acoplamento entre um objeto material e a consciência. O ponto central de seu pensamento, portanto, encontra-se no fato de que os meios de comunicação afetam a nossa compreensão da realidade por meio de suas materialidades e não exatamente pelas mensagens que veiculam, causando impactos nos nossos canais sensoriais e na nossa relação com o tempo e o espaço.

Para Innis, assim, os meios de comunicação podem ser definidos como meios físicos (materiais) “cujas propriedades influenciam nossos canais sensoriais e nossa relação com o tempo e o espaço (consciência)” (MARTINO, 2012, p. 602). Na obra *O viés da Comunicação*, na qual o autor apresenta a noção já acima mencionada do dimensionamento dos meios para os vieses de tempo ou de espaço dependendo de suas materialidades, Innis (2011) estabelece ainda uma reflexão sobre as configurações de poder das sociedades e suas estruturas culturais

a partir dos meios. O estudo que Innis (2011) faz a respeito do surgimento do códex em oposição ao pergaminho em rolo é um exemplo disso. Nesse caso em particular, o autor ressalta que o surgimento do novo meio promoveu uma mudança entre a leitura em voz alta e realizada em grande grupo, característica da cultura oral, daquela realizada em silêncio, de maneira individual. Para ele, “a leitura sem movimento dos lábios introduziu um gosto e um estilo próprio. O mundo antigo se inquietava com os sons, o mundo moderno com os pensamento” (INNIS, 2011, p. 82).

McLuhan (2007), por sua vez, ao analisar a tecnologia e os meios de comunicação, chega ao conceito de extensão, ou seja, ele apresenta a ideia de que os meios são verdadeiras extensões dos sentidos humanos. Para o autor, portanto, a tecnologia é, “antes de mais nada, uma extensão de nosso corpos e de nossos sentidos” (MCLUHAN, 2007, p. 88). Partindo deste conceito, ele se lança ao estudo do impacto da técnica e das tecnologias nos seres humanos:

O conceito de extensão permite a McLuhan apresentar uma outra gama de questões a respeito da relação entre o homem e a técnica, o impacto da inovação tecnológica, o impacto sobre as funções mentais e o impacto sobre os estados psicológicos como a percepção, a atitude, a emoção e a dispersão-engajamento (MARTINO, 2012, p. 606-607).

Além do conceito de extensão, McLuhan também ficou conhecido pela tese de que o meio é a mensagem. Na visão do autor, esta afirmação implica dizer que as consequências sociais de qualquer meio, ou seja, de qualquer extensão dos seres humanos, são o resultado de um novo padrão introduzido por uma nova tecnologia. Nessa perspectiva, para o McLuhan (2007), a mensagem de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas. A partir das considerações do autor, portanto, falhamos na análise dos meios e dos veículos quando atribuímos a eles, como característica fundamental à sua existência, a presença de um conteúdo.

A partir das contribuições teóricas de Innis (2011) e McLuhan (2007), é possível considerar os meios de comunicação como elementos que envolvem a técnica/matéria com a sensibilidade dos consumidores dos produtos desses meios. Nessa perspectiva, as contribuições destes autores nos permitem pensar que os efeitos da tecnologia “se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção, num passo firme e sem qualquer resistência” (MCLUHAN, 2007, p. 34), articulando fundamentalmente a sociedade aos avanços tecnológicos da era da eletricidade. Dessa forma, entender o contexto mediático em que estamos, ou seja, compreender o lugar de fala dos estudos dos meios em

pesquisa comunicacional é parte componente da perspectiva de análise que envolve a relação que se constitui entre indivíduos e os meios.

Apesar do destaque que os autores acima mencionados, há naturalmente outros que se dedicam a estudar e a pensar a constituição de subjetividades, identidades e as estruturas de poder nas instituições a partir da perspectiva dos meios. Levantando também a questão da tecnologia e sua importância na construção de identidade, Manuel Castells (2016), semelhantemente a Innis, acredita que “a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico traça seu destino”. (CASTELLS, 2016, p. 66). Castells (2016) chega, inclusive à conclusão de que a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser entendida sem suas ferramentas tecnológicas.

embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (CASTELLS, 2016, p. 66).

Castells (2016) considera existir uma nova lógica compartilhada de tempo que se manifesta em toda a gama da experiência humana, à qual ele dá o nome de tempo intemporal e define sua ocorrência quando “as características de um dado contexto, ou seja, o paradigma informacional e a sociedade em rede, causam confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos sucedidos naquele contexto” (CASTELLS, 2016, p. 543). De acordo com ele, a confusão da sequência dos fenômenos pode se dar, por exemplo, por meio da “compressão da ocorrência dos fenômenos”, visando à instantaneidade, ou pela introdução de descontinuidade aleatória na sequência, ou seja, quando o produto passa a ser consumido, como o próprio Castells (2016) diz, à escolha do espectador, que passa a ser integrante, abrindo o horizonte temporal do conteúdo produzido.

A compreensão a respeito do regime temporal dos meios na sociedade passa também pelo entendimento do que se encontra na base do contexto mediático em que nos encontramos: o da convergência mediática. Conforme Vinícius Andrade Pereira (2013), vivemos em um cenário de desenvolvimento de tecnologias, amparado pela cultura digital, que tem causado significativo impacto nos processos comunicacionais, promovendo a proliferação de variados meios. A combinação de diferentes funções dentro de um mesmo aparelho ou suporte é o que caracteriza esse novo arranjo. Há, por assim dizer, uma troca, ou melhor, um empréstimo das funções que previamente encontravam-se restritas a apenas um

meio e, com a convergência, democratiza-se, permitindo um fluxo de conteúdos entre várias plataformas e reorganizando a indústria mediática. Trata-se, dessa forma, de um período de transição, de adaptação e de permanente transformação dos meios, da produção de conteúdos e, como afirma Henry Jenkins (2009), de seu consumo:

A convergência está ocorrendo dentro dos mesmos aparelhos, dentro das mesmas franquias, dentro das mesmas empresas, dentro do cérebro do consumidor e dentro dos mesmos grupos de fãs. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação (JENKINS, 2009, p. 44).

De acordo com Paul Virilio (1996), esse arranjo cria uma nova configuração de meios, de espaços e de temporalidades, gerando uma nova forma de realidade, desprovida de limites, na qual ondas eletromagnéticas ofuscam a nossa visão, apresentando novas maneiras de se relacionar com os meios de comunicação, criando uma incessante necessidade de libertação. Virílio indica que a necessidade de libertação do tempo e do espaço acaba por gerar um estado próximo da privação sensorial. Para o autor, “os atuais progressos em matéria de transportes e transmissões serviram apenas para exasperar essa patologia imperceptível do deslocamento que não é mais do aqui até o lá, mas do até o estar lá e não estar mais lá” (VIRÍLIO, 1996, p. 78-79).

Questionar-se, portanto, de que forma esse deslocamento espaço-temporal afetam os indivíduos é o que Virílio (2000) procurou fazer, de maneira inclusive apocalíptica, no livro *A velocidade de libertação*:

Se a perda das lonjuras inacessíveis é acompanhada por uma proximidade mediática que tudo deve à velocidade da luz, muito em breve devemos também acostumarmos aos efeitos das distorções das aparências provocadas pela perspectiva do tempo real das telecomunicações, perspectiva onde a antiga linha de horizonte se encolhe no quadro do ecrã, suplantando a electro-óptica a óptica dos nossos óculos (VIRÍLIO, 2000, p. 23).

Para Virílio (2000), tão importante quanto se questionar a respeito da liberdade de expressão e o papel político dos meios na nossa sociedade, “parece desejável que nos interroguemos também sobre a liberdade de percepção dos indivíduos” (VIRÍLIO, 2000, p. 130) e a maneira como a industrialização da visão e audição são constantemente ameaçadas pelo que o autor chama de patologia da percepção imediata, caracterizada por uma adulteração da forma de ver do indivíduo, causada pelo excesso de aceleração das representações.

Se outrora o espetáculo do mundo se limitava, se assim se pode dizer, ao ritmo das estações, à alternância dos dias e das noites no horizonte em mudança das

paisagens, doravante o domínio das tecnologias de transporte e das transmissões rápidas leva a uma mobilização constante do nosso campo de percepção, e isto não apenas nos artifícios das metrópoles, mas também na extensão dos vastos territórios percorridos graças ao aperfeiçoamento dos aparelhos terrestres ou aéreos (VIRÍLIO, 2000, p. 131).

A libertação que este novo arranjo tanto tenta impor como necessidade aos indivíduos tende a gerar uma falsa sensação de liberdade. Essa, aliás, é uma questão muito cara ao filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2015), para quem vivemos, atualmente, em um contexto de crise da liberdade. Na visão desse autor, ferrenho crítico do modelo econômico do neoliberalismo, não está claro para os sujeitos a que (ou a quem), dentro desse contexto neoliberal, eles estão submetidos, de forma que eles se entendem um projeto-livre de indivíduo. Esse processo é acompanhado de um forte sentimento de liberdade/autonomia. Essa ideia de poder-fazer o que o sujeito achar pertinente que o modelo neoliberal procura impor implica em uma falsa sensação de liberdade e uma falsa percepção de que o sujeito está livre de coações. Para o autor, assim, “à libertação segue-se (...) uma nova submissão” (HAN, 2015).

O desenho dessa sociedade que Han pinta recebe o nome de *sociedade da transparência*, título de uma obra do autor também. Neste livro, Han (2014) apresenta a tese de que a sociedade atual vem passando por uma transformação que a encaminhou para a supremacia – ou ditadura – da transparência, da positividade. O oposto a tal percepção seria a ideia da negatividade, há muito perdida em uma sociedade do igual, que se pretende vigilante de todos e controla os comportamentos, as percepções e tira o espaço e a oportunidade do contemplar, do duvidar, do questionar. A partir dessas perspectivas, do feroz neoliberalismo, da crise da liberdade e da sociedade transparente e positiva, Han (2014) não deixa de pontuar que, no centro deste processo, encontra-se a comunicação, que é, de acordo com o autor, causa e efeito nas novas relações forjadas por esse modelo neoliberal. A comunicação, sabe-se, também está a serviço de um conjunto capitalista de adequação dos indivíduos a uma lógica para o consumo, nivelando-os todos, , de acordo com o autor, como membros de uma mesma massa, de um mesmo grupo, que se preocupa e é voltado à apresentação de resultados, orientados para a produtividade e para a aceleração em diferentes níveis. Para ele, então, “a sociedade da transparência segue exatamente a lógica da sociedade do rendimento” (HAN, 2014, p. 71).

Essa lógica do rendimento, tão criticada pelo autor sul-coreano, também é abordada em outra obra do autor, *Agonia de Eros*. Refletindo sobre a questão do amor, do sentimento, da emoção e da fantasia nesta obra em particular, Han (2014b) não deixa de ponderar a influência perniciosa da crise da liberdade na constituição dos sujeitos em nossa sociedade atual: “o sujeito do rendimento, como empresário de si mesmo, é sem dúvida livre, na medida em que não está submetido a um outro que o comande e o explore; mas não é de fato livre, porque se explora a si mesmo, por mais que o faça com inteira liberdade” (HAN, 2014b, p. 17). Como consequência deste processo, Han (2014b) aponta para o surgimento de um esvaziamento da consciência de classe, o que gera seres que passam a cobrar de si mesmos alto rendimento, agredindo a eles próprios, ao invés de se rebelarem contra os detentores dos meios de produção. Nas palavras do autor, “a técnica de poder própria do neoliberalismo adquire uma forma sutil, flexível, inteligente e escapa a toda a visibilidade. O sujeito submetido não tem sequer consciência da sua submissão” (HAN, 2015, p. 24). Isso é o que Han chama de poder inteligente do neoliberalismo.

As novas técnicas de poder do neoliberalismo, portanto o poder inteligente, possuem a capacidade de comandar o insciente dos sujeitos, a ponto de moldar atitudes, desejos, ambições e, principalmente, angústias. Vivemos em uma realidade de psicopolítica que, em outras palavras, significa que a política, os meios e as relações estão moldadas pelo caráter psicológico, pela parte mais intrínseca ao ser humano, ou seja, superou a barreira do corpo para atingir o cognitivo, o interior: “a psicopolítica neoliberal apodera-se da emoção para exercer influência sobre as ações a este nível pré-reflexivo. Atinge o fundo do indivíduo através da emoção. Assim, a emoção representa um meio extremamente eficiente de controle psicopolítico do indivíduo” (HAN, 2015, p. 57).

Antes de Han, no entanto, Virílio (1996) já apontava para o avanço dos tentáculos do novo complexo informacional, alcançando o íntimo do sujeito. Para este autor, após a superestrutura e a infraestrutura, surge a intraestrutura, “já que a recente miniaturização nano-tecnológica favorece agora a intrusão fisiológica, ou mesmo a inseminação do ser vivo pelas biotecnologias” (VIRÍLIO, 1996, p. 91). Nessas linhas, de acordo com Virílio (1996), os avanços tecnológicos – ou o “advento do motor” – criaram uma nova percepção do tempo, uma nova maneira de se envolver com a temporalidade: o tempo em excesso. Esse tempo em excesso e acelerado, para o autor, diminui o movimento dos indivíduos a uma quantidade

mínima, gerando uma “certa ociosidade que ao relativizar nossas ações relativiza também nossos pensamentos” (VIRÍLIO, 1996, p. 92).

Essa nova configuração do tempo, de um tempo em excesso, trouxe uma nova experiência de temporalidade e uma nova relação com os acontecimentos. É o que Paul Virílio (1996) sustenta, acreditando na existência de um tempo real, que é, a seu ver, inabitável por não pertencer nem ao passado, e nem ao futuro. Este tempo é configurado pela técnica, pela velocidade, pela luz. O efeito acelerador do tempo, o excesso de acontecimentos e de informações geram, de acordo com Virílio, um permanente efeito de encolhimento:

Uma vez que não fazemos nada mais do que pensar as dimensões que o olho é incapaz de ver, que o espaço e o tempo são para nós nada mais do que intuições, as ferramentas de percepção e de comunicação poderão realizar esse paradoxo das aparências que consiste em comprimir a dimensão do universo em um perpétuo efeito de encolhimento (VIRÍLIO, 1996, p. 43).

Em meio às noções de ausência de liberdade dos indivíduos, submetidos a uma lógica de produção que invade o íntimo dos sujeitos, e o contexto de convergência de meios e avanços de tecnologias digitais surgem os desafios de uma perspectiva de análise do tempo a partir do saber comunicacional e, mais propriamente, do fazer jornalístico. Dessas reflexões, surgem questionamentos, tais como de que forma é possível analisar e articular os conceitos de imediatismo e de duração, de presentismo e de memória no atual regime de temporalidade existente nas relações entre os indivíduos e os meios? Que relações existem entre comunicação, história e memória? Como avaliar as funções das narrativas midiáticas nas expectativas para o futuro, nos vínculos que exercem em relação às experiências de memória do passado e nas formas de organizar o tempo?

Naturalmente, não seria possível responder a todas elas neste artigo, mas buscou-se elencá-las e trazê-las à baila como recurso reflexivo a respeito do saber comunicacional e sua relação com as dinâmicas temporais a ele tão caras. O fazer jornalístico é intrinsecamente ligado ao relacionamento dos indivíduos com os meios e, muito propriamente, ao tempo por ele experienciado, em muitos sentidos influenciado pelas narrativas jornalísticas dos periódicos, por exemplo.

Em suma, refletir a respeito das questões acima propostas e dos conceitos e abordagens levantadas neste artigo são alguns dos desafios que a análise das noções de temporalidade impõem à pesquisa comunicacional. O presente estudo pretendeu lançar luz a respeito delas, sem a pretensão de solucioná-las, mas, antes, de trazer à tona os saberes

produzidos em relação aos regimes de temporalidades que envolvem os indivíduos e as suas experiências com os meios e com o fazer e o pensar jornalísticos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva Carlos. **Tempo, tempo histórico e tempo midiático**. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom, NICOLAU, Marcos. (Orgs.) *Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador: EDUFBA. 2017. p. 19-36.

CAREY, James. **Space, time and communications: A tribute to Harold Innis**. In: *Communication as Culture*. New York: Routledge. 2009. p. 109-132.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

_____, Byung-Chul. **A agonia de Eros**. Lisboa: Relógio D'Água, 2014b.

_____, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Lisboa: Relógio D'Água, 2015.

HARVEY, David. **A experiência do espaço e do tempo**. In: *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 2008. p. 186-289.

HAWKING, Stephen. **Espaço e tempo**. In: *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2015.

INNIS, Harold A. **O viés da comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2014.

MARTINO, Luiz C. **Le Concept de Moyen de Communication dans l'École de Toronto**. Canadian Journal of Communication, v. 37, n. 4, p. 595-611, 2012.

_____, Luiz C. **Atualidade mediática: o conceito e suas dimensões**. In: Compós, Encontro da Associação Brasileira de Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2009, Belo Horizonte. XVIII Compós. Belo Horizonte, 2009.

_____, Luiz C. **Pensamento comunicacional canadense: as contribuições de Innis e McLuhan**. Comunicação, Mídia e Consumo. v. 5, n. 14, p. 123-148, 2008.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

NORA, Pierre. **O retorno do fato**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. (Orgs.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995. p. 179-193.

PEREIRA, Vinícius Andrade. **Entretenimento como linguagem e multissensorialidade na comunicação contemporânea**. In: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013, Manaus. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro; LEAL, Bruna Souza; GOMES, Tania. **A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem**. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom, NICOLAU, Marcos. (Orgs.) *Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador: EDUFBA. 2017. p. 37-57.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em cultura**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 267-304.

VIRÍLIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **A velocidade da libertação**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

Communication and Temporalities: conceptual reflections and notes

ABSTRACT

The present article proposes to analyze how the knowledge about the time appears correlated to the technologies of communication in the journalistic knowledge. It is understood that one of the ways to approach the issue of journalistic making and to analyze the relation of journalism to the construction of a narrative of the present time would be through the conceptual reflection about how the knowledge about the time appears correlated to the communication technologies in the social sciences and in communicational knowledge. To do so, it is understood that it is possible to briefly analyze some of the concepts and notions of time present in different areas of knowledge in order to be able to arrive at a perspective of time in communication. This is what this article proposes to do. In a second moment, we will try to analyze, in a critical and articulated way, the ideas of certain authors who have promoted reflections about the temporal issue in communication and that may be useful to reflect about the relation of journalistic doing with the relations of individuals in the information society.

Keywords: Present time. Temporality. Communication Theory. Convergence.

Comunicación y temporalidad: reflexiones conceptuales y apuntes

RESUMEN

El presente artículo se propone analizar cómo el conocimiento sobre el tiempo aparece correlacionado con las tecnologías de comunicación en el saber periodístico. Se entiende que una de las formas de abordar la cuestión del hacer periodístico y de analizar la relación del periodismo con la construcción de una narrativa del tiempo presente sería por medio de la reflexión conceptual acerca de cómo el conocimiento sobre el tiempo aparece correlacionado a las tecnologías de comunicación en las ciencias sociales y en el saber comunicacional. Para ello, se entiende que es posible analizar brevemente algunos de los conceptos y de las

nociones de tiempo presentes en diferentes áreas del saber para poder, entonces, llegar a una perspectiva de tiempo en comunicación. Es lo que este artículo se propone hacer. En un segundo momento, se buscará analizar, de manera crítica y articulada, las ideas de determinados autores que promovieron reflexiones acerca de la cuestión temporal en comunicación y que pueden mostrarse útiles para reflexionar acerca de la relación del hacer periodístico con las relaciones temporales de los individuos en la sociedad de la información.

Palabras clave: Tiempo presente. Temporalidad. Teoría de la Comunicación. Convergencia.

Recebido em: 19/02/2019

Aceite em: 06/07/2019